



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PAULO VICTOR MEDEIROS MIRANDA

**DO CONSUMO AO COMPROMETIMENTO: a educação financeira como solução ao
endividamento de jovens no Brasil**

RECIFE

2025

PAULO VICTOR MEDEIROS MIRANDA

DO CONSUMO AO COMPROMETIMENTO: a educação financeira como solução ao endividamento de jovens no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Gleidson Ramos Ferreira

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Medeiros Miranda, Paulo Victor.

DO CONSUMO AO COMPROMETIMENTO: a educação financeira como
solução ao endividamento de jovens no Brasil / Paulo Victor Medeiros Miranda. -
Recife, 2025.

32

Orientador(a): Gleidson Ramos Ferreira

Coorientador(a): Christianne Calado Vieira De Melo Lopes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Educação Financeira. 2. Endividamento. 3. Economia Brasileira. I. Ramos
Ferreira, Gleidson. (Orientação). II. Calado Vieira De Melo Lopes, Christianne.
(Coorientação). IV. Título.

370 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULO VICTOR MEDEIROS MIRANDA

DO CONSUMO AO COMPROMETIMENTO: a educação financeira como solução ao endividamento de jovens no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 14 de agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
GLEIDSON RAMOS FERREIRA
Data: 24/08/2025 21:24:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a). Me. Gleidson Ramos Ferreira.

Universidade Federal de Pernambuco



Documento assinado digitalmente
PATRICIA LACERDA DE CARVALHO MASCARENH
Data: 26/08/2025 09:54:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a). Dr. Patrícia Lacerda de Carvalho Mascarenhas

Universidade Federal de Pernambuco



Documento assinado digitalmente
VANESSA JANISZEWSKI
Data: 26/08/2025 08:25:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a). Dr. Vanessa Janiszewski

Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o fenômeno do endividamento juvenil no Brasil, com foco na ausência da educação financeira como fator agravante e na sua potencial inserção no currículo escolar como estratégia de prevenção. A fim de atingir os objetivos propostos, foi utilizado o método de ensaio teórico com base em estudos bibliográficos e documentais, buscando compreender a correlação entre comportamento de consumo, formação educacional e políticas públicas. Por fim, foi possível concluir que a falta de educação financeira compromete significativamente a capacidade dos jovens de tomar decisões econômicas responsáveis, contribuindo para o aumento dos índices de inadimplência nessa faixa etária. A pesquisa aponta, ainda, a necessidade de políticas públicas estruturantes e de uma abordagem educacional contínua e integrada, capaz de promover autonomia, equilíbrio financeiro e bem-estar social.

Palavras-chave: Educação financeira; Endividamento juvenil; Currículo escolar; Autonomia; políticas públicas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the phenomenon of youth indebtedness in Brazil, focusing on the absence of financial education as an aggravating factor and its potential inclusion in the school curriculum as a preventive strategy. To achieve the proposed objectives, the research employed the theoretical essay method based on bibliographic and documentary studies, seeking to understand the correlation between consumption behavior, educational background, and public policies. The findings indicate that the lack of financial education significantly compromises young people's ability to make responsible economic decisions, contributing to increased delinquency rates within this age group. The study also highlights the need for structured public policies and a continuous, integrated educational approach capable of promoting autonomy, financial balance, and social well-being.

Keywords: Financial education; Youth indebtedness; School curriculum; Autonomy; Public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SPC Brasil	Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	7
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Caracterização do Problema.....	10
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos	12
1.3 Justificativa	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Educação com Instrumento de Autonomia e Transformação Social.....	16
2.2 Consciência Crítica como Fundamentos da Educação Transformadora	17
2.3 Planejamento e Independência Financeira	18
2.4 Imediatismo e Consumo Descontrolado.....	19
2.5 Educação Financeira à luz da lei	19
2.6 Limites Sociais do Consumo	20
2.7 A Educação Financeira como Prevenção	20
2.8 Finanças Pessoais e Contabilidade Gerencial.....	21
2.9 Educação Financeira, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável	22
3. METODOLOGIA	24
3.1 Abordagem Metodológica.....	24
3.2 Procedimento	24
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	25
4.1 Crescimento da inadimplência juvenil no Brasil.....	25
4.2 O cartão de crédito como fator crítico de endividamento	25
4.3 Ausência da educação financeira no currículo escolar	26
4.4 Consequências sociais e econômicas da desinformação financeira	26
4.5 Educação financeira como instrumento de emancipação e cidadania	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

A presente investigação concentra-se na análise do crescente endividamento entre os jovens brasileiros, especialmente aqueles situados na faixa etária de 18 a 30 anos, com ênfase no contexto nacional entre os anos de 2019 e 2025. Essa problemática, amplamente diagnosticada por pesquisas conduzidas pelo IBGE, Serasa e SPC Brasil, transcende a esfera econômica e revela uma lacuna estrutural no campo educacional.

A constatação de que uma parcela significativa da juventude brasileira enfrenta dificuldades para administrar suas finanças pessoais revela não apenas um sintoma de vulnerabilidade socioeconômica, mas também um reflexo da negligência histórica com a qual temas como consumo consciente, planejamento orçamentário e uso responsável do crédito vêm sendo tratados nas diretrizes curriculares do ensino fundamental e médio.

O consumo, outrora associado à satisfação de necessidades básicas, tornou-se símbolo de status, identidade e pertencimento social, especialmente entre os jovens. Esse comportamento, intensificado pela cultura do imediatismo e pelo acesso facilitado ao crédito, tem levado parcela significativa da juventude brasileira ao endividamento precoce (NOVAES, 2021). Em um cenário em que o marketing atua de forma agressiva e contínua, os jovens, muitas vezes sem orientação adequada, tornam-se alvos fáceis de práticas financeiras insustentáveis.

Conforme apontado por Silva e Almeida (2020), a ausência de uma formação estruturada em finanças pessoais nas escolas e universidades brasileiras tem contribuído para esse fenômeno. A educação tradicional, voltada quase exclusivamente ao desenvolvimento técnico e conteudista, negligencia aspectos práticos da vida cotidiana, como o controle do orçamento familiar, a compreensão de juros e dívidas e a importância da poupança.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2020), a educação financeira deve ser considerada uma competência essencial do século XXI, capaz de promover a autonomia, o pensamento crítico e o exercício pleno da cidadania. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já contempla, ainda que de forma incipiente, o tema da educação financeira como um dos componentes transversais a serem trabalhados nas escolas, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental e médio.

(BRASIL, 2018).

A crescente inadimplência entre os jovens brasileiros é reflexo direto dessa lacuna educacional. Dados do Serasa (2023) revelam que mais de 20% dos inadimplentes no país estão na faixa etária entre 18 e 29 anos. Tal estatística reforça a urgência de políticas públicas voltadas à inclusão da educação financeira no currículo escolar, não como um conteúdo isolado, mas como prática pedagógica integradora e formadora de hábitos.

1.1 Caracterização do Problema

Optou-se por delimitar essa faixa etária específica com o intuito de abordar uma problemática que, embora afete a juventude de forma significativa, não se restringe a ela, estendendo-se a todos os indivíduos que enfrentam situações de endividamento. É importante salientar que, devido à vasta quantidade de pessoas que se enquadram nesse perfil, à diversidade cultural, à localização geográfica e às distintas realidades socioeconômicas, este estudo inevitavelmente apresenta limitações em suas conclusões.

Soma-se a isso o fato de que a juventude contemporânea é, em grande parte, um reflexo de um passado nacional marcado por condições sociopolíticas e econômicas distintas, o que se combina ao potencial de transformação e adaptação inerente aos jovens. Assim, torna-se necessária a delimitação etária para a definição dos parâmetros de análise.

Apesar das dificuldades em mensurar com precisão a realidade do jovem brasileiro — seja por sua condição financeira, situação de moradia ou infraestrutura educacional —, é fato que todos os estudantes do país estão submetidos à mesma diretriz curricular estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao menos em teoria, foi concebida com o propósito de uniformizar e democratizar o acesso ao conhecimento, organizando os conteúdos que devem ser ministrados ao longo dos ensinos fundamental e médio. No entanto, observa-se que não há, entre as competências obrigatórias, conteúdos voltados diretamente à educação financeira.

Diferentemente de programas educacionais antigos, nos quais havia maior autonomia para as instituições definirem suas grades curriculares, hoje não há espaço curricular

formalmente destinado a esse tema. Infelizmente, mesmo com maior liberdade anterior, não se obteve êxito na implementação efetiva da educação financeira nas escolas, possivelmente em decorrência de fatores estruturais como a precariedade regional, as desigualdades econômicas e a escassez de recursos.

Outro ponto relevante é que uma parcela significativa dos jovens dentro da faixa etária analisada por este trabalho não concluiu o ensino básico. No contexto socioeconômico atual do país, indivíduos que atingem a maioridade adquirem liberdade financeira, o que agrava a situação.

Embora a liberdade seja um direito fundamental e inviolável — inclusive nos âmbitos político e econômico —, é necessário refletir sobre os riscos associados à ausência de instrução financeira.

A conjugação de um poder aquisitivo ilusório, alimentado por instrumentos de crédito como cartões e financiamentos, com a falta de conhecimento sobre gestão de recursos, configura uma ameaça real à saúde financeira tanto do indivíduo quanto da coletividade. Essas variáveis, portanto, são cruciais para a análise proposta, já que a realidade financeira de qualquer cidadão é fruto de suas vivências, decisões e histórico educacional e social.

Segundo Paula Machado (2019), no jornal Hoje em Dia, o Brasil contava, em 2019, com aproximadamente 47,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Destes, cerca de 23% compunham o grupo conhecido como “nem-nem” — jovens que não estudam nem trabalham —, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Esses índices, semelhantes aos dos anos de 2017 e 2018, revelam uma crise simultaneamente educacional e econômica.

Ainda de acordo com o IBGE (2019), naquele mesmo ano, o país registrava 62,8 milhões de inadimplentes, sendo que, segundo a Serasa (2019), 25% desse total eram jovens entre 18 e 30 anos. Em grande medida, essas dívidas são fruto da imaturidade e do consumo impulsivo, muitas vezes motivado pela busca de status social ou pela necessidade de ostentar uma aparência que não condiz com a realidade financeira. Gastos com festas, vestuário e bebidas são exemplos recorrentes dessa conduta (MACHADO, 2019).

Esse comportamento imediatista, característico da juventude, gera consequências nocivas, como a dificuldade de acesso ao crédito estudantil, restrições no mercado de trabalho e uma imagem negativa junto às instituições financeiras. O consumismo —

entendido, conforme Gabriela Cabral (2023), como a busca constante por novos produtos sem necessidade real de aquisição — constitui um dos maiores inimigos da saúde financeira individual. Trata-se de um comportamento que oferece apenas uma falsa sensação de bem-estar ou um simulacro de validação pessoal.

De acordo com Peretti (2007, p. 1), “o fundamento da educação financeira é o saber gastar e poupar”. A consciência econômica se manifesta, inclusive, nas ações de investir ou doar, e é por meio dela que se constrói uma vida com mais qualidade.

Este trabalho parte do pressuposto de que a raiz do problema é educacional, uma vez que o ensino da educação financeira é praticamente inexistente nas etapas de ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas.

A urgência do debate se justifica pela oportunidade de atuar preventivamente, antes mesmo da maioria, possibilitando mudanças significativas e duradouras na trajetória pessoal e coletiva dos cidadãos. O fortalecimento da educação financeira desde os primeiros anos escolares pode, portanto, reverberar de forma positiva em toda a sociedade, promovendo responsabilidade, consciência e equilíbrio econômico.

O presente texto considera, portanto, diversas variáveis que influenciam diretamente na condição financeira precária de boa parte da juventude brasileira, com o objetivo de fomentar a reflexão e o debate sobre o futuro econômico do país. Diante desse cenário de endividamento juvenil, cabe questionar: **Como a ausência de educação financeira contribui para o endividamento de jovens brasileiros?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Diante do panorama contextualizado anteriormente, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar o fenômeno do endividamento juvenil no Brasil, com ênfase no papel da educação financeira como estratégia de prevenção e solução.

1.2.2 Objetivos específicos

A expansão de políticas públicas que promovam a inserção da educação financeira no ambiente escolar representa uma estratégia essencial para estimular, desde cedo, uma relação mais consciente e responsável com o dinheiro. A implementação desse tipo de ensino pode colaborar significativamente para a redução gradual dos índices de inadimplência e superendividamento registrados por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Serasa Experian. Nesse contexto, é fundamental averiguar como a ausência da educação financeira para os jovens contribui para seu endividamento e, conseqüentemente, identificar os principais fatores que influenciam esse comportamento financeiro inadequado.

Ao incentivar os estudantes a cuidarem melhor de seus recursos financeiros e adotarem práticas de consumo mais equilibradas, cria-se um ambiente propício à formação de cidadãos mais preparados para lidar com os desafios econômicos da vida adulta. Assim, este trabalho busca também analisar o impacto da educação financeira na mudança de comportamento dos jovens diante do consumo e do crédito, além de avaliar a eficácia das políticas educacionais atualmente vigentes nesse campo.

Ademais, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para a conscientização da sociedade sobre a importância da educação financeira como ferramenta transformadora. Propõe-se, portanto, uma reflexão crítica acerca da necessidade de reformas educacionais e políticas que, embora tenham apresentado avanços significativos nas últimas décadas, ainda carecem de aprimoramento para atender de forma eficaz às demandas contemporâneas.

É importante destacar, contudo, que tais mudanças não podem ser implementadas de maneira imediata, uma vez que envolvem processos complexos de análise, planejamento e mobilização institucional. A consolidação de uma política pública eficiente nesse campo exige comprometimento governamental, seja por meio de iniciativas parlamentares, seja por outras formas de ação estatal.

Por fim, deve-se considerar que o problema do endividamento juvenil não se limita aos aspectos econômicos e sociais, mas também envolve dimensões subjetivas. A incapacidade de gerir adequadamente as finanças pode gerar sentimento de culpa, frustração e insegurança, cujas consequências emocionais podem acompanhar o indivíduo ao longo de sua vida, comprometendo sua autoestima, seu bem-estar e sua qualidade de vida. Portanto,

é essencial avaliar as repercussões emocionais e psicológicas associadas ao endividamento precoce, buscando alternativas que promovam não apenas a educação financeira, mas também o desenvolvimento do equilíbrio emocional e da responsabilidade pessoal.

1.3 Justificativa

Diante do crescente número de jovens brasileiros que enfrentam dificuldades para lidar com suas finanças, torna-se evidente a urgência de iniciativas que promovam a construção de uma consciência financeira desde as primeiras fases da vida escolar. A ausência de orientação formal sobre o uso do dinheiro, somada à influência de padrões de consumo presentes no cotidiano, contribui para o desenvolvimento de comportamentos financeiros impulsivos e, muitas vezes, prejudiciais.

Nesse cenário, a educação financeira se apresenta não apenas como uma ferramenta de organização individual, mas como uma estratégia social capaz de gerar transformações duradouras na vida das pessoas. Justifica-se, portanto, a necessidade de discutir e propor formas eficazes de inserir esse conhecimento no ambiente educacional e familiar, fortalecendo o desenvolvimento de uma cultura financeira mais responsável e consciente entre crianças e adolescentes.

Para que este processo seja efetivamente bem-sucedido, é imprescindível que o indivíduo possua uma compreensão inicial sobre os termos, conceitos e práticas necessários para o gerenciamento adequado de seus recursos financeiros. Nesse sentido, a inclusão de acompanhamento educacional destinado aos jovens, a partir do ensino fundamental II, se configura como uma estratégia vital.

É fundamental que as aulas, além de explicativas, sejam abordadas de maneira clara, acessível, elucidativa e, até mesmo, lúdica, favorecendo a absorção do conteúdo de forma dinâmica e atrativa. Este é o primeiro passo indispensável para o estabelecimento de uma educação financeira sólida, que influencie positivamente o comportamento financeiro dos futuros cidadãos.

Ademais, é igualmente relevante que esse processo de aprendizado seja continuado dentro dos lares das crianças e adolescentes, visto que não é exclusivamente

responsabilidade das instituições educacionais promover a educação e a formação integral do indivíduo. A família, como a principal célula social, exerce um papel crucial neste contexto.

Segundo Charles Horton Cooley (1922), a família é um exemplo clássico de grupo primário de relacionamentos, sendo uma das bases fundamentais no processo de desenvolvimento social e psicológico dos indivíduos. A partir dessa perspectiva, a família se configura como uma aliada indispensável na construção de uma base sólida de conhecimentos, atitudes e comportamentos, especialmente no que diz respeito à formação de valores e hábitos que acompanham o indivíduo ao longo da vida.

Conforme afirmam Craidy e Kaercher (2007, p. 13), é por meio do convívio social que as crianças desenvolvem um senso de pertencimento e acabam internalizando características dos adultos com os quais convivem. Esse processo de socialização não se limita ao comportamento ético ou relacional, mas estende-se à forma como os indivíduos constroem sua consciência financeira. Assim, as atitudes e práticas financeiras dos adultos presentes no cotidiano de uma criança ou adolescente exercem influência direta e significativa sobre sua futura relação com o dinheiro, com impacto duradouro na construção da responsabilidade econômica individual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Liberdade, educação, consciência financeira e reestruturação econômica são conceitos centrais que serão abordados nos tópicos a seguir, servindo como base para o desenvolvimento e fundamentação teórica deste projeto de pesquisa, que tem como foco a educação financeira voltada para o público jovem.

Tais categorias serão exploradas de forma articulada, com o intuito de caracterizar e compreender as múltiplas dimensões envolvidas na temática do endividamento juvenil, bem como suas implicações sociais, econômicas e educacionais. A proposta visa, sobretudo, discutir como a ausência de uma formação financeira adequada pode comprometer a autonomia dos indivíduos e perpetuar ciclos de instabilidade econômica ao longo da vida.

2.1 Educação com Instrumento de Autonomia e Transformação Social

Notoriamente, Paulo Freire foi um dos educadores que mais lutaram em prol da valorização da educação no Brasil, defendendo uma abordagem crítica, libertadora e participativa do processo de ensino-aprendizagem. Para Freire, o indivíduo deve ser protagonista de sua própria trajetória acadêmica, construindo o conhecimento a partir da interação com o mundo e com o outro.

Como enfatiza o autor: “Os homens se educam entre si mediados pelo mundo” (FERRARI, 2008). Essa perspectiva revela que, embora o processo educacional esteja orientado por diretrizes institucionais e curriculares, o conhecimento também é resultado das vivências, experiências e contextos individuais, que constituem pilares fundamentais da formação humana.

Em outra oportunidade, Freire expressa sua crítica contundente ao modelo econômico vigente, o qual, em sua visão, desumaniza e limita o potencial transformador da educação: “[...] minha permanentemente presente crítica à malvadez neoliberal, ao cinismo de sua ideologia fatalista e à sua recusa inflexível ao sonho e à utopia” (FERRARI, 2003, p. 14). Essa fala, fortemente enfática, denuncia a construção de uma mentalidade que enfraquece os ideais de mudança social e perpetua desigualdades. A proposta deste trabalho, portanto, é

contribuir para a desconstrução dessa lógica, abordando uma das consequências mais visíveis da ausência de uma formação crítica e cidadã: a vulnerabilidade financeira dos jovens brasileiros.

Ao trazer a educação financeira como eixo temático, esta pesquisa pretende dialogar com os ideais *freireanos*, defendendo uma abordagem educacional que empodere o indivíduo, promovendo sua autonomia frente às decisões econômicas do cotidiano. Trata-se, assim, de uma tentativa de resgatar a utopia de Freire, aplicando-a ao contexto contemporâneo e oferecendo caminhos possíveis para transformar a realidade socioeconômica por meio da educação.

2.2 Consciência Crítica como Fundamentos da Educação Transformadora

A educação é um processo mediado pela comunicação, que exige a participação ativa de dois agentes: o professor e o aluno. É fundamental que o estudante tome a iniciativa e busque seus objetivos, por meio de discussões que transcendam os limites da sala de aula. Nesse sentido, Freire (2003, p. 93) afirma:

A autoridade coerentemente democrática, fundando-se na certeza da importância, quer de si mesma, quer da liberdade dos educandos, para a construção de um clima de real disciplina, jamais minimiza a liberdade. [...] A autoridade coerentemente democrática está convicta de que a disciplina verdadeira não existe na estagnação, no silêncio dos “silenciados”, mas no alvoroço dos “inquietaos”, na dúvida que instiga, na esperança que desperta.

A solução da problemática não está no topo da hierarquia, mas sim em sua base, Freire (2003, p. 112):

Lutar pelo direito que você, que me lê, professora ou aluno, tem de ser você mesma e nunca, jamais, lutar por essa coisa impossível, acinzentada e insossa que é a neutralidade. Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “Lavar as mãos” [...] se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode.

Ainda nessa linha de pensamento é possível observar que a problemática apresentada no texto tem se alongado pela estagnação proveniente da falta de debate que incita o questionamento. Se nós, seres humanos não enfrentamos os problemas, eles acabam por

crescer e se arraigar na sociedade, e fazemos isso pois caímos no erro de acreditar que mudar não é possível, quando na realidade é sim, só é apenas difícil, (FREIRE, 2003):

Não sou apenas objeto da “História”, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, “constato”, não para me “adaptar”, mas para “mudar”. [...] Constatando, nos tornamos capazes de “intervir” na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente de nos adaptar a ela.

2.3 Planejamento e Independência Financeira

É fato que a independência financeira é um objetivo comum entre os jovens na sociedade contemporânea, movidos pelo desejo de consumir, de conquistar autonomia e de satisfazer expectativas sociais muitas vezes irreais.

O poder de compra, a possibilidade de frequentar determinados lugares ou de adquirir bens de consumo imediato tornaram-se, para muitos, sinônimos de sucesso e pertencimento. No entanto, a verdadeira questão não reside na conquista do poder aquisitivo em si, mas na forma como essa conquista é buscada — frequentemente marcada pela ausência de planejamento e pelo desconhecimento de noções básicas de educação financeira.

Nesse sentido, Hill (2009, p. 107) afirma: "O mais inteligente dos homens não pode obter sucesso na acumulação de dinheiro sem planos práticos e executáveis [...]". A inexistência de um plano ou de orientações eficazes faz com que muitos jovens, diante de dificuldades financeiras, interpretem essas situações como fracassos pessoais, o que tende a gerar desmotivação e descontrole.

Tal quadro expõe não apenas uma lacuna no processo formativo, mas também um fator que contribui diretamente para o endividamento precoce, à medida que decisões impulsivas e mal fundamentadas passam a ser tomadas com base em desejos momentâneos, e não em escolhas conscientes e sustentáveis.

2.4 Imediatismo e Consumo Descontrolado

O imediatismo, profundamente enraizado na sociedade contemporânea e ainda mais acentuado entre os jovens, tem se revelado um dos principais fatores de risco para o endividamento precoce. A impulsividade nas decisões de consumo, muitas vezes motivada por estímulos sociais, digitais e emocionais, desencadeia uma série de gastos desordenados que não correspondem à realidade financeira dos indivíduos. Essa conduta evidencia a fragilidade da consciência financeira juvenil e a ausência de habilidades mínimas de controle orçamentário.

Halfeld (2001) corrobora essa perspectiva ao afirmar que devemos sempre gastar menos do que ganhamos, ressaltando que, quando essa premissa básica é negligenciada, torna-se indispensável redobrar a atenção à gestão financeira. Nesse contexto, o uso de ferramentas simples, como a listagem de despesas e a distinção entre gastos essenciais e supérfluos, é apontado como uma estratégia inicial eficaz para a reorganização das finanças pessoais. No entanto, tais práticas não são intuitivas: elas precisam ser ensinadas, discutidas e incorporadas desde cedo. Essa constatação reforça, mais uma vez, a necessidade urgente de inserir a educação financeira no percurso formativo dos jovens, a fim de promover escolhas mais conscientes e prevenir o endividamento crescente que hoje atinge uma parcela significativa dessa população.

2.5 Educação Financeira à luz da lei

Utilizar a legislação como ferramenta para solucionar essa problemática é fundamental, seja para propor melhorias ou para analisar as normativas já existentes sobre o tema. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) estabelece que os principais agentes da educação são a família e o Estado, ambos com a obrigação de garantir o direito à educação a todos os cidadãos.

Esses princípios devem ser inspirados em valores de liberdade e solidariedade, com o objetivo de promover o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Quando se trata de educação financeira, Carvalho (1999) defende que o ambiente

escolar é o local ideal para implantar uma nova cultura financeira. Nesse contexto, o autor propõe o desenvolvimento de aulas que incentivem os educandos a refletirem sobre o uso do dinheiro ao realizarem compras, seja de forma mais complexa ou ao optar por pagar à vista ou a prazo.

Além disso, é essencial que o aluno tenha acesso ao conhecimento sobre seus direitos e as regras que envolvem a cobrança de juros. Esse aprendizado deve ser fundamentado no Código de Defesa do Consumidor, em pesquisa de mercado e no uso de conhecimentos matemáticos.

2.6 Limites Sociais do Consumo

Durkheim acredita que o indivíduo possui a capacidade de se moldar ao ambiente em que está inserido, seja em sua casa, no trabalho ou no ambiente de estudo. Caso esteja insatisfeito com o estilo de vida de sua família, o indivíduo poderá buscar um padrão de vida mais elevado no futuro, o que, por sua vez, pode resultar em despesas superiores à sua capacidade financeira.

Essa insatisfação pode ser impulsionada também pela influência de veículos midiáticos, exemplos próximos ou pela necessidade de suprir carências de ordem psicológica (DURKHEIM, 1978).

De fato, a natureza humana é movida por desejos e sonhos. No entanto, frequentemente essa busca não conhece limites, o que pode gerar um sentimento de frustração. No contexto da consciência financeira, esse sentimento surge a partir do endividamento.

Durkheim (2000, p. 311) afirma: “é próprio da atividade humana desenvolver-se sem termo determinável e propor-se fins que não pode atingir”. Isso ressalta a necessidade de ponderar as escolhas financeiras e reconhecer seus limites. Como Durkheim (2000, p. 315) conclui: “é preciso, portanto, antes de tudo, que as paixões sejam limitadas”.

2.7 A Educação Financeira como Prevenção

De acordo com os dados disponibilizados pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) e pela CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), o número de indivíduos com idades entre 18 e 29 anos endividados é alarmante, alcançando a marca de 12,5 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 19% do total de inadimplentes no país. Esses números evidenciam a urgência da implementação de programas de acompanhamento financeiro nas escolas, como forma de combater essa realidade e prevenir o agravamento do endividamento entre os jovens.

O referido projeto será estruturado de maneira que, ao longo dos anos, com a progressão natural do conhecimento conforme a mudança de séries, o aluno tenha a oportunidade de se aprofundar cada vez mais nos conceitos e práticas financeiras, adquirindo, à medida que avança em sua formação, um entendimento mais responsável e maduro sobre como gerenciar seu próprio dinheiro.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tomou uma postura ainda mais inovadora ao apresentar um projeto experimental no qual a educação financeira seria introduzida no cotidiano de crianças ainda na pré-escola, com a proposta de adaptar práticas que já se mostraram eficazes, como o programa implementado no estado de Ohio, nos Estados Unidos, com crianças de 3 e 4 anos, conforme relata Marques (2020).

Nos últimos anos do ensino médio, o ensino da educação financeira deve ser conduzido com especial atenção, visto que essa etapa coincide com a chegada da maioridade e das responsabilidades econômicas. Trata-se de um período especialmente suscetível a decisões impulsivas e desequilíbrios financeiros.

Entre os conteúdos prioritários, destaca-se o uso consciente do cartão de crédito, tanto na escolha do momento adequado para utilizá-lo quanto na compreensão dos riscos associados ao endividamento. Dados do SPC Brasil e da CNDL (2019) indicam que cerca de 67% dos inadimplentes possuem dívidas relacionadas ao cartão de crédito, o qual representa a terceira principal causa de endividamento no país. Tal quadro se agrava ao se considerar que apenas 16% dos usuários priorizam o pagamento dessa modalidade em seus compromissos financeiros.

2.8 Finanças Pessoais e Contabilidade Gerencial

Para Silva (2010), a contabilidade gerencial não deve se restringir apenas ao ambiente corporativo, mas também pode ser aplicada à vida pessoal, como instrumento de planejamento e controle financeiro individual. O autor defende que a utilização de ferramentas contábeis, como fluxo de caixa, análise de custos e balanço patrimonial simplificado, contribuir significativamente para a tomada de decisões mais conscientes e sustentáveis no âmbito das finanças pessoais.

Na visão de Lusardi (2014) “a educação financeira é a habilidade de compreender como o dinheiro funciona no mundo: como uma pessoa o ganha, o administra, o investe e o doa para ajudar os outros.” Em vista disso a Contabilidade gerencial exerce uma função relevante no que se refere ao fornecimento de informações essenciais para o processo de tomada de decisões, planejamento e controle devendo ser utilizada como referência para as finanças pessoais.

Martins (2010) afirma que “o objetivo principal da contabilidade gerencial é apoiar os gestores na busca por maior eficiência e racionalidade econômica nas atividades empresariais.”

Nesse sentido, a ausência de familiaridade com esses instrumentos básicos por parte dos jovens evidencia uma lacuna na formação educacional que vai além da matemática tradicional, exigindo uma abordagem prática e contextualizada da educação financeira desde os primeiros anos escolares.

2.9 Educação Financeira, Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

Securato (2015) argumenta que a educação financeira é um dos fundamentos do desenvolvimento econômico sustentável, pois o comportamento consciente de indivíduos e famílias impacta diretamente variáveis como inadimplência, demanda por crédito, consumo responsável e poupança de longo prazo. Quando cidadãos possuem domínio sobre práticas financeiras básicas — como planejamento, controle de gastos e avaliação de riscos —, tornam-se menos vulneráveis à armadilha do endividamento e mais capazes de contribuir com a estabilidade do sistema econômico como um todo.

O autor defende que a inserção da educação financeira no currículo escolar não deve

ser tratada como uma ação pontual ou acessória, mas como parte de um projeto nacional de formação cidadã. Ao fortalecer a cultura da responsabilidade fiscal e do consumo equilibrado, o ensino de finanças pessoais torna-se tão estratégico quanto as políticas macroeconômicas tradicionais. A construção de um ciclo virtuoso de equilíbrio financeiro e justiça social depende, segundo Securato, da harmonia entre três pilares: acesso à educação de qualidade, comportamento de consumo consciente e estruturas institucionais que favoreçam o uso ético dos recursos públicos e privados.

Complementarmente, Vieira (2017) ressalta que a consolidação da educação financeira no Brasil exige o fortalecimento de políticas públicas consistentes, planejadas e avaliáveis. A autora aponta que, embora existam iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), sua efetividade ainda é limitada pela falta de articulação entre os entes federativos e pela ausência de mecanismos de monitoramento e financiamento contínuo. A educação financeira, para ser verdadeiramente transformadora, deve ser compreendida como uma política estruturante — com diretrizes claras, metas mensuráveis, formação docente específica e integração com o cotidiano escolar e familiar.

Vieira também alerta para os riscos da segmentação elitista do acesso ao conhecimento financeiro. Em sua análise, enquanto jovens de classes mais altas têm acesso a orientações extracurriculares e familiarização precoce com conceitos de gestão financeira, a maior parte da população permanece desassistida. Essa assimetria de conhecimento contribui para a reprodução de desigualdades históricas, reforçando o ciclo de exclusão econômica e social. Portanto, o enfrentamento desse cenário exige um pacto intersetorial entre escola, Estado, família e sociedade civil, capaz de assegurar equidade no acesso à formação financeira e promover a emancipação econômica como parte integrante da cidadania.

Nesse contexto, educação financeira e desenvolvimento sustentável não são conceitos dissociados. Ambos se interligam na medida em que o empoderamento do indivíduo por meio do conhecimento gera efeitos positivos para a coletividade, reduzindo a pressão sobre o sistema de crédito, diminuindo a dependência de programas assistencialistas e ampliando a capacidade de planejamento e investimento da população. A sustentabilidade, assim, deixa de ser apenas ambiental ou econômica e passa a incorporar uma dimensão ética e educacional, na qual a formação financeira desempenha papel estratégico.

3. METODOLOGIA

3.1 Abordagem Metodológica

Esta pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, pois busca entender em profundidade os significados e as interpretações dos participantes sobre a educação financeira. A ideia é analisar e interpretar os dados de forma detalhada, para compreender melhor a problemática apresentada.

A pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2001), “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e interpretação dos fenômenos segundo a perspectiva dos participantes.” A escolha dessa abordagem se justifica por permitir explorar as experiências e percepções dos brasileiros sobre suas finanças pessoais, algo que não seria possível por meio de métodos quantitativos. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para identificar caminhos que ajudem a transformar a educação financeira em um conhecimento básico e presente na vida das pessoas, promovendo maior controle e consciência sobre suas finanças.

3.2 Procedimento

Como técnica de coleta de dados, foram utilizados levantamentos estatísticos previamente publicados por órgãos como o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além de artigos científicos, livros e relatórios governamentais relacionados à temática da educação financeira e da inadimplência juvenil.

Para a análise dos dados, utilizou-se uma abordagem de reflexão crítica, bem como um ensaio teórico que mostrou-se adequado por permitir uma interpretação crítica e contextualizada de discursos, documentos e dados quantitativos. Assim, mesmo sem a realização de pesquisa de campo, a investigação se sustenta na articulação entre teoria e realidade empírica que oferece contribuições relevantes sobre a educação financeira como instrumento de transformação social.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Crescimento da inadimplência juvenil no Brasil

A evolução dos índices de inadimplência no Brasil entre os anos de 2015 e 2025 revela uma tendência de crescimento estrutural e contínua, refletindo não apenas a instabilidade econômica, mas também fragilidades educacionais e culturais. Em 2015, o país registrava cerca de 39,2 milhões de inadimplentes, sendo aproximadamente 7,8 milhões (20%) jovens entre 18 e 30 anos conforme pode ser evidenciado na Tabela 1 a seguir:

Esse número praticamente dobrou até 2025, quando a inadimplência juvenil ultrapassou 15,7 milhões de pessoas, o que representa 25% do total de brasileiros negativados. Esses dados, além de alarmantes, configuram um padrão comportamental disseminado que afeta diretamente a capacidade de organização financeira e autonomia dessa parcela da população.

Esse crescimento não pode ser compreendido apenas como reflexo da conjuntura econômica nacional. Ele aponta para falhas sistêmicas no processo formativo, na política pública educacional e na cultura de consumo. A juventude brasileira ingressa no mercado com cada vez mais responsabilidades financeiras, mas sem o preparo necessário para administrar os recursos disponíveis de forma consciente e sustentável.

4.2 O cartão de crédito como fator crítico de endividamento

Entre os principais instrumentos de endividamento, destaca-se o cartão de crédito, responsável por 67% das dívidas contraídas por jovens, segundo levantamento do SPC Brasil (2019). A facilidade de acesso a esse tipo de crédito, aliada à escassez de conhecimento técnico sobre taxas de juros, limites e encargos, transforma o cartão em uma armadilha financeira. A ilusão de poder aquisitivo imediato, somada à ausência de controle e planejamento, leva a gastos compulsivos, muitas vezes motivados por fatores emocionais, simbólicos e culturais

Esse comportamento é coerente com a leitura feita por Durkheim (2000), ao afirmar que

as paixões humanas, quando desprovidas de limites sociais e educacionais, tendem a ultrapassar o razoável, gerando frustração e desequilíbrio. Halfeld (2001) reforça essa perspectiva ao sugerir que o simples ato de gastar menos do que se ganha precisa ser ensinado, pois não é instintivo. A ausência desse tipo de orientação desde a juventude acarreta consequências severas à vida financeira futura, como restrições de crédito, inadimplência crônica e limitação de acesso ao ensino superior ou à formalização de negócios.

4.3 Ausência da educação financeira no currículo escolar

A origem da crise financeira entre os jovens está diretamente relacionada à negligência histórica da educação formal quanto à formação financeira. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar de mencionar o tema em suas competências gerais, não estabelece a educação financeira como disciplina obrigatória, tampouco oferece diretrizes específicas, sequenciadas e avaliáveis que garantam sua efetiva aplicação no ensino básico.

Essa ausência reflete um projeto pedagógico que desconsidera a formação integral do sujeito, conforme criticado por Freire (2003), para quem a educação deve ser orientada à libertação e à autonomia. A ausência de saberes práticos, como a gestão de finanças pessoais, não apenas desumaniza o processo educativo, como também perpetua a exclusão social.

Como apontam Vieira (2017) e Securato (2015), a ausência de educação financeira formal consolida a desigualdade ao impedir o acesso ao conhecimento que permitiria escolhas econômicas mais conscientes.

4.4 Consequências sociais e econômicas da desinformação financeira

O endividamento juvenil, além de limitar a mobilidade econômica individual, gera efeitos colaterais sobre o tecido social e a sustentabilidade macroeconômica. Jovens endividados enfrentam dificuldades para financiar estudos, iniciar empreendimentos, acessar crédito imobiliário ou consumir de forma planejada. O impacto dessa realidade sobre o consumo interno, o crédito de longo prazo e a previdência é profundo e contínuo.

Sob a perspectiva da contabilidade gerencial, Silva (2010) aponta que ferramentas como

orçamento pessoal, controle de despesas e planejamento de fluxo de caixa podem ser eficazmente aplicadas à vida cotidiana dos jovens. No entanto, esses instrumentos só são acessíveis àqueles que foram expostos a esses conceitos, o que raramente ocorre nas escolas públicas e nas famílias de baixa renda. Essa exclusão informacional aprofunda desigualdades já existentes e compromete a formação de uma cultura financeira crítica e cidadã.

Securato (2015) complementa essa visão ao afirmar que o comportamento financeiro individual está intimamente conectado à estabilidade sistêmica de uma economia. Jovens que aprendem a controlar seus gastos, poupar e investir tornam-se agentes de equilíbrio econômico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Em contrapartida, a propagação de práticas financeiras desorganizadas gera riscos sistêmicos que afetam a coletividade.

4.5 Educação financeira como instrumento de emancipação e cidadania

Mais do que uma competência técnica, a educação financeira deve ser compreendida como um instrumento de emancipação social. Para Freire (2003), a educação que liberta é aquela que permite ao sujeito compreender criticamente sua realidade e intervir nela. A falta de compreensão sobre o funcionamento do sistema financeiro — desde o crédito rotativo ao impacto dos juros compostos — compromete a liberdade econômica dos jovens, transformando-os em consumidores passivos, endividados e dependentes.

Vieira (2017) reforça que políticas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) precisam deixar de ser iniciativas pontuais e assumir status de política pública obrigatória e estruturada. A integração entre escola, família e Estado é indispensável para a construção de um novo paradigma educacional, no qual a educação financeira seja transversal, contínua e contextualizada.

Dessa forma, a análise dos dados e da literatura especializada converge para uma conclusão clara: o endividamento juvenil não se limita a uma questão econômica, mas envolve dimensões educacionais, sociais e éticas. Enfrentá-lo exige a transformação da lógica educacional, com o reconhecimento do conhecimento como direito e instrumento de justiça social, capaz de formar cidadãos autônomos, conscientes e preparados para decisões responsáveis em todas as esferas da vida — especialmente a financeira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs uma reflexão aprofundada sobre a ausência de educação financeira no currículo escolar brasileiro e sua relação com o crescente endividamento entre jovens na faixa etária de 18 a 30 anos. Ao longo da investigação, foi possível observar que o fenômeno do endividamento juvenil não pode ser explicado unicamente por questões de ordem econômica ou comportamental. Trata-se de uma problemática multifatorial, cujas raízes encontram-se também na omissão do sistema educacional, na cultura de consumo acelerado e na ausência de políticas públicas integradas que promovam a autonomia financeira desde as fases iniciais da formação.

A análise dos dados coletados junto a fontes como SPC Brasil, Serasa Experian, IBGE e CNDL permitiu identificar que a juventude brasileira representa um contingente expressivo dentro da população inadimplente — uma tendência que se agravou ao longo da última década. Os resultados demonstram que grande parte desse público adquire crédito sem a devida compreensão de suas implicações, o que evidencia uma fragilidade educacional estrutural. A correlação entre desinformação financeira e tomada de decisões inadequadas foi confirmada por meio de indicadores empíricos e fundamentada em autores clássicos e contemporâneos, como Paulo Freire, Durkheim, Silva, Vieira e Securato.

Este estudo contribui, portanto, para a compreensão crítica do endividamento juvenil como um fenômeno que ultrapassa as fronteiras da contabilidade tradicional, alcançando dimensões sociais, educacionais e éticas. Os objetivos propostos foram integralmente alcançados, ao passo que se demonstrou a urgência da inclusão sistemática e obrigatória da educação financeira no sistema de ensino brasileiro. Além disso, o trabalho reforça a necessidade de tratar o conhecimento financeiro não como um conteúdo técnico isolado, mas como um instrumento de emancipação cidadã e de enfrentamento das desigualdades sociais.

Por fim, foi possível concluir que a ausência de educação financeira no currículo escolar contribui significativamente para o endividamento precoce dos jovens, comprometendo não apenas sua estabilidade econômica, mas também seu desenvolvimento pessoal e social. A implementação de políticas educacionais que integrem conteúdos financeiros desde as etapas iniciais da formação é, portanto, imperativa para promover a autonomia e o protagonismo financeiro dos cidadãos. Dessa forma, a educação financeira deixa de ser um mero

conhecimento técnico para se tornar um instrumento fundamental na construção de uma sociedade mais justa, consciente e preparada para os desafios econômicos contemporâneos.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, algumas limitações foram identificadas e impactaram diretamente a profundidade da análise. Com efeito, o escopo temporal e geográfico, focado no contexto nacional e em dados até 2025. Aspectos regionais, culturais e locais, que podem influenciar as práticas financeiras da juventude, não foram aprofundados. Além disso, devido à rápida digitalização dos meios de pagamento e à popularização dos criptoativos, algumas tendências emergentes não foram contempladas. Futuras pesquisas podem ampliar essa análise.

A partir dos resultados obtidos e das limitações identificadas, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem o tema por meio de **pesquisas de campo qualitativas e quantitativas**, com amostragens representativas de diferentes regiões do país. A aplicação de entrevistas com estudantes do ensino médio, universitários, professores e gestores públicos pode trazer insights valiosos sobre o impacto da ausência de educação financeira no cotidiano escolar e familiar.

Outra sugestão é o desenvolvimento de estudos que comparem a eficácia de programas de educação financeira já implementados em redes municipais ou estaduais, a fim de avaliar quais metodologias, conteúdos e formatos apresentam maior aderência e impacto. Pesquisas que analisem a influência das redes sociais, da publicidade digital e dos influenciadores no comportamento de consumo dos jovens também representam um campo promissor, sobretudo no contexto contemporâneo em que o marketing financeiro digital se tornou onipresente.

Por fim, sugere-se que futuros estudos explorem a relação entre educação financeira e saúde mental, uma vez que o estresse financeiro e o sentimento de impotência diante das dívidas têm se mostrado fatores relevantes para o adoecimento psíquico da juventude. A integração entre práticas contábeis, formação ética, políticas públicas e desenvolvimento socioemocional pode constituir um novo horizonte de pesquisa, alinhado às demandas complexas do século XXI.

REFERÊNCIAS

ASCOM EDUCA MAIS BRASIL. ROBERTO PAIM – Ascom Educa Mais Brasil. Brasil, 2018.

BARBOSA, Priscila Maria Romero. Paulo Freire. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/15/13/paulo-freire>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. ENEF. Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB. Lei das Diretrizes e Bases da Educação**. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Brasília, DF: 2000.

CARVALHO, V. **Educação matemática: matemática & educação para o consumo**. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — FE, Unicamp, Campinas (SP), 1999. Orientador: Maria do Carmo Domite.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Coleção Pensadores. Rio de Janeiro: Abril, 1978.

FERRARI, Márcio. **Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência**. Revista Nova Escola, 2008. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/mentor-educacao-consciencia-423220.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2025.

HALFELD, M. **Investimentos – Como administrar melhor seu dinheiro**. 1. ed. São Paulo, SP: Fundamento, 2001.

HILL, N. **Quem pensa, enriquece**. 1. ed. São Paulo, SP: Fundamento, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política pública**. Brasília: IPEA, [s.d.]. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2883>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LAPYDA, Irene. **Durkheim e a crise financeira: reflexões sobre anomia e a relação entre economia e sociedade**. Plural, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 35–58, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2010.74552>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. *The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence*. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5–44, 2014.

MACHADO, Paula. **Tão jovens e já inadimplentes: 25% da população com nome sujo tem de 18 a 30 anos**. 2021. Disponível em: <http://hoje.vc/2gdbk>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MARQUES, Flávia. **A educação financeira no estado de Ohio e sua adaptação ao Brasil**. 2020.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOVAES, C. F. **Juventude e consumo: os riscos do crédito fácil**. Revista Brasileira de Educação Financeira, v. 9, n. 2, p. 32–49, 2021.

OCDE. **Financial Literacy and the Need for Financial Education**. OECD Publishing, 2020.

PERETTI, L. **Educação financeira: gestão empresarial: um guia para ajudar a resolver seus problemas**. 1. ed. Dois Vizinhos, PR: Impressul, 2007.

PORTAL EXPONENCIAL (Creditas). **No Brasil, jovens inadimplentes somam 46%**. Exponencial, [s.d.]. Disponível em: <https://www.creditas.com/exponencial/jovens-inadimplentes-no-brasil/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SECURATO, José Roberto. **Educação financeira e sustentabilidade: construindo uma**

nova consciência. São Paulo: Saint Paul Editora, 2015.

SERASA. **Mapa da Inadimplência no Brasil.** Serasa Experian, 2023. Disponível em: www.serasa.com.br

SILVA, Reinaldo Guerreiro. **Contabilidade gerencial: abordagem prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, M. A.; ALMEIDA, R. T. **Educação financeira no ensino médio: uma lacuna a ser preenchida.** Revista Educação em Foco, v. 17, n. 1, p. 89–105, 2020.

SPC BRASIL; CNDL. **Pesquisa sobre endividamento e inadimplência no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices-economicos>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SPC BRASIL; CNDL. **62 milhões de brasileiros estão inadimplentes, diz SPC.** VEJA, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/62-milhoes-de-brasileiros-estao-inadimplentes-diz-spc/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

TÍTULO DESCONHECIDO. **A importância da educação financeira infantil.** [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

VIEIRA, Kátia de Souza. **Educação financeira como política pública: análise e perspectivas no contexto brasileiro.** Revista Brasileira de Educação Financeira, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 45–62, 2017.